



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

Processo n.º: 201803682-00

Assunto: Consulta

Órgão: Câmara Municipal de Tucumã

Interessado: Vereadora Wilma Leôncio Vieira

Instrução: Diretoria Jurídica - DIJUR

Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho

Exercício: 2018

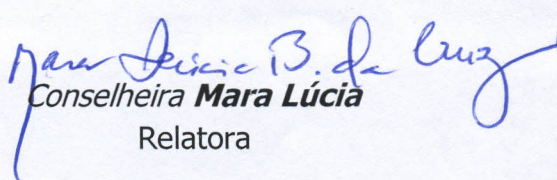
Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 435
de 13.11.18, pg. 2
Responsável

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ. EXERCÍCIO 2018. ADMISSIBILIDADE. ACUMULAÇÃO DE CARGO/EMPREGO PÚBLICO COM MANDATO ELETIVO DE VEREADOR. VERIFICAÇÃO DE AUTORIZATIVO CONSTITUCIONAL. ASSEGURADO A ACUMULAÇÃO DAS ATIVIDADES DO MANDATO DE VEREADOR COM OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO, SEM PREJUÍZO DA REMUNERAÇÃO DO CARGO ELETIVO, DESDE QUE HAJA COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. VERIFICAÇÃO IN CONCRETO. INTELIGÊNCIA DO ART. 38, INCISO III DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 20/34**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **13 de setembro de 2018**.


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Cezar Colares; Antônio José Guimarães; Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas, Adriana Oliveira e Alexandre Cunha e Procuradora Elisabeth Massoud Salame da Silva.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

Processo n.º: 201803682-00

Assunto: Consulta

Órgão: Câmara Municipal de Tucumã

Interessado: Vereadora Wilma Leôncio Vieira

Instrução: Diretoria Jurídica - DIJUR

Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho

Exercício: 2018

MARA LUCIA
BARBALHO DA
CRUZ:2373687
9253

Assinado de forma digital por
MARA LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=VALID, ou=AR CERTIFICAR,
cn=MARA LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:06:44 -03'00'

RELATÓRIO

WILMA LEÔNCIO VIEIRA, Vereadora de Tucumã, no exercício financeiro de 2018, encaminhou **CONSULTA** (fls.01/02), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, através da qual submete à apreciação desta Corte de Contas, questionamentos quanto a acumulação de cargo/emprego público com mandato eletivo de vereador:

"Se há impedimento legal para acumular o desempenho da atividade médica com o mandato legislativo de vereadora, inclusive remuneração"

Os autos foram recebidos em Gabinete, na data de **02.05.18**, no que procedi ao exame de admissibilidade da vertente consulta, dada sua adequação aos termos do **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016 c/c art. 298, I a IV, do RITCM-PA**, bem como, determinei que o processo fosse submetido à apreciação da Diretoria Jurídica (fls. 06), em **03.05.18**, para elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes deste **TCM-PA**, que atendessem à solicitação em questão, no que foi elaborado o **Parecer n.º 85/2018-DIRETORIA JURÍDICA/TCM-PA** (fls. 07/18), que torno parte integrante do presente relatório, transcrevendo-o, *in verbis*:

I – DO OBJETO DA CONSULTA:

Em síntese, dirimir qualquer dúvida relativa à possibilidade de acumulação de cargo/emprego público com mandato eletivo de vereador, de seu eventual impedimento legal e remuneração.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

Com a finalidade de esgotar qualquer dúvida, junto ao consulente, preliminarmente, é valido ressaltar que os requisitos para a acumulação lícita de cargos públicos estão previstos pela Constituição Federal e demais leis que disciplinam o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos, em cada esfera de Poder, consignados em rol taxativo, no que, portanto, esgotam-se todas as permissões e as vedações relativas à matéria.

A acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, está autorizada para casos específicos, dentre os quais, considerando se tratar de acumulação de cargo/emprego público com mandato eletivo de vereador, remetemos a disciplina do art. 38, inciso III da Constituição Federal, que dispõe, acerca da situação funcional de servidores públicos no exercício de mandato eletivo, ao que transcrevemos:

MARA LUCIA
BARBALHO
DA
CRUZ:23736
879253

Assinado de forma digital por
MARA LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e CPF A3, ou=VALID,
ou=AR CERTIFICAR, cn=MARA
LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:07:33
+0300

Art. 38. *Ao servidor público da Administração Direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:*

III – *investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;*

Desta forma, para a acumulação do cargo/emprego público com mandato eletivo de vereador, face a literalidade do dispositivo constitucional transcrito, exige, apenas, em consonância com todas as demais acumulações autorizadas pela Constituição Federal, a observância do núcleo comum, relativamente a compatibilidade de horários.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

Salienta-se, por oportuno, que conforme decisão majoritária recente, em resposta aos REs 602043 e 612975, em que o Estado do Mato Grosso questionava decisões do Tribunal de Justiça Local (TJ-MT) contrárias à aplicação do teto na remuneração acumulada de dois cargos públicos exercidos pelo mesmo servidor, entenderam os ministros do Supremo Tribunal Federal que deve ser aplicado o teto remuneratório constitucional de forma isolada para cada cargo público acumulado, em conformidade com as formas autorizadas pela Carta Magna. Vejamos as ementas das decisões citadas:

TETO CONSTITUCIONAL – ACUMULAÇÃO DE CARGOS – ALCANCE. Nas situações jurídicas em que a Constituição Federal autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido.

(RE 602043, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 27/04/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-203 DIVULG 06-09-2017 PUBLIC 08-09-2017)

TETO CONSTITUCIONAL – ACUMULAÇÃO DE CARGOS – ALCANCE. Nas situações jurídicas em que a Constituição Federal autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido.

(RE 612975, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 27/04/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 06-09-2017 PUBLIC 08-09-2017)

MARA LUCIA
BARBALHO
DA
CRUZ:23736
879253

Assinado de forma digital por
MARA LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID,
ou=AR CERTIFICAR, cn=MARA
LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:07:49
+03'00'



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

Portanto, "nos casos autorizados, constitucionalmente, de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público".

Estabelecido o autorizativo constitucional para a pretendida acumulação, para além de ressaltada a questão adstrita ao teto constitucional remuneratório, não se poderia deixar de consignar, ainda, que para a efetiva licitude da acumulação e, por conseguinte, da remuneração auferida, a observância e comprovação da compatibilidade de horários, entre as duas atividades públicas exercidas.

O imbróglio verificado por ocasião do estabelecimento prático da aludida "compatibilidade de horários", fez produzir um grande número de decisões jurisprudenciais e doutrinárias, dentre as a seguir transcritas:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. MAGISTÉRIO SUPERIOR. PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. MS nº 26.085 (PLENÁRIO). ACÓRDÃO RECORRIDO DIVERGENTE DO ENTENDIMENTO DESTA CORTE.

- 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso "impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte" (art. 323, § 1º, do RISTF).*
- 2. A jurisprudência desta Corte fixou-se no sentido de que "é ilegal a acumulação dos cargos quando ambos estão submetidos ao regime de 40 horas semanais e um deles exige dedicação exclusiva". Precedentes.*

MARA LUCIA
BARBALHO
DA
CRUZ:23736
879253

Assinado de forma digital
por MARA LUCIA BARBALHO
DA CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3,
ou=VALID, ou=AR
CERTIFICAR, cn=MARA
LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:08:04
-03'00'



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

3. A determinação do processo administrativo disciplinar de devolução dos valores eventualmente recebidos, deve ser afastada, pois, não há menção quanto à comprovada má-fé dos recorridos

4. In casu, o Tribunal Regional confirmou sentença que, em mandado de segurança, concedeu a ordem para declarar a nulidade do processo administrativo disciplinar e das sanções impostas. Os recorridos são professores universitários em atividade. Tiveram contra si instaurado processo administrativo disciplinar para apurar suposta incompatibilidade de horários para acumulação permitida de cargos, cuja prestação do Magistério superior dá-se em regime de dedicação exclusiva. Ao final do procedimento administrativo, caracterizada a quebra do regime de dedicação exclusiva por incompatibilidade de horário, foi-lhes imposta, dentre outras sanções, a determinação de devolução da verba remuneratória percebida pelos impetrantes no período compreendido entre a data de instauração do processo e aquela em que regularizada a situação de quebra do regime de dedicação exclusiva.

5. Dou provimento, em parte, ao recurso extraordinário para denegar a segurança, sem devolução de valores, ressalvada a possibilidade de restituição em ação própria. Custas "ex lege". Sem honorários em razão da súmula STF nº 512. (arts. 557 do CPC e 21, § 1º do RISTF).

(MINISTRO LUIZ FUX – STF – 18.03.13)

"MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO QUE CONSIDEROU ILEGAL APOSENTADORIA E DETERMINOU A RESTITUIÇÃO DE VALORES. ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS DE PROFESSOR. AUSÊNCIA DE COMPATIBILIDADE DE

MARA LUCIA
BARBALHO
DA
CRUZ:23736
879253

Assinado de forma digital por
MARA LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID,
ou=AR CERTIFICAR,
cn=MARA LUCIA BARBALHO
DA CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:08:16
-03'00'



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

HORÁRIOS. UTILIZAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PARA OBTENÇÃO DE VANTAGENS EM DUPLICIDADE (ARTS. 62 E 193 DA LEI N. 8.112/90). MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. DESNECESSIDADE DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES PERCEBIDOS. INOCORRÊNCIA DE DESRESPEITO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AO DIREITO ADQUIRIDO.

- 1. A compatibilidade de horários é requisito indispensável para o reconhecimento da licitude da acumulação de cargos públicos. É ilegal a acumulação dos cargos quando ambos estão submetidos ao regime de 40 horas semanais e um deles exige dedicação exclusiva.*
- 2. O § 2º do art. 193 da Lei n. 8.112/1990 veda a utilização cumulativa do tempo de exercício de função ou cargo comissionado para assegurar a incorporação de quintos nos proventos do servidor (art. 62 da Lei n. 8.112/1990) e para viabilizar a percepção da gratificação de função em sua aposentadoria (art. 193, caput, da Lei n. 8.112/1990). É inadmissível a incorporação de vantagens sob o mesmo fundamento, ainda que em cargos públicos diversos.*
- 3. O reconhecimento da ilegalidade da cumulação de vantagens não determina, automaticamente, a restituição ao erário dos valores recebidos, salvo se comprovada a má-fé do servidor, o que não foi demonstrado nos autos.*
- 4. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem-se firmado no sentido de que, no exercício da competência que lhe foi atribuída pelo art. 71, inc. III, da Constituição da República, o Tribunal de Contas da União cumpre os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal quando garante ao interessado - como se deu na espécie - os recursos inerentes à sua defesa plena.*

MARA LUCIA
BARBALHO
DA
CRUZ:23736
879253

Assinado de forma digital por
MARA LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID,
ou=AR CERTIFICAR,
cn=MARA LUCIA BARBALHO
DA CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:08:29
-03'00'



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

5. *Ato administrativo complexo, a aposentadoria do servidor, somente se torna ato perfeito e acabado após seu exame e registro pelo Tribunal de Contas da União.*

6. *Segurança parcialmente concedida"*

(MS nº 26.085, Rel. Min. Cármen Lúcia, Plenário, DJe 13.6.2008).

"É vedada a acumulação de dois cargos públicos privativos de profissionais de saúde quando a soma da carga horária referente aos dois cargos ultrapassar o limite máximo de sessenta horas semanais. Segundo o que dispõe a alínea c do inciso XVI do art. 37 da CF, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI, a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. Por se constituir como exceção à regra da não acumulação, a acumulação de cargos deve ser interpretada de forma restritiva. Ademais, a acumulação remunerada de cargos públicos deve atender ao princípio constitucional da eficiência, na medida em que o profissional da área de saúde precisa estar em boas condições físicas e mentais para bem exercer as suas atribuições, o que certamente depende de adequado descanso no intervalo entre o final de uma jornada de trabalho e o início da outra, o que é impossível em condições de sobrecarga de trabalho. Observa-se, assim, que a jornada excessiva de trabalho atinge a higidez física e mental do profissional de saúde, comprometendo a eficiência no desempenho de suas funções e, o que é mais grave, coloca em risco a vida dos usuários do sistema público de saúde. Também merece relevo o entendimento do TCU no sentido da coerência

MARA LUCIA
BARBALHO
DA
CRUZ:23736
879253

Assinado de forma digital
por MARA LUCIA BARBALHO
DA CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3,
ou=VALID, ou=AR
CERTIFICAR; cn=MARA
LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:08:44
-03'00'



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

do limite de sessenta horas semanais - uma vez que cada dia útil comporta onze horas consecutivas de descanso interjornada, dois turnos de seis horas (um para cada cargo), e um intervalo de uma hora entre esses dois turnos (destinado à alimentação e deslocamento) - fato que certamente não decorre de coincidência, mas da preocupação em se otimizar os serviços públicos, que dependem de adequado descanso dos servidores públicos (TCU, Acórdão 2.133/2005, DOU 21/9/2005).

(MS 19.336-DF, Rel. originária Min. Eliana Calmon, Rel. para acórdão Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 26/2/2014)

MARA LUCIA
BARBALHO
DA
CRUZ:23736
879253

Assinado de forma digital por
MARA LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB
e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR
CERTIFICAR, cn=MARA LUCIA
BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:08:58
-03'00'

"Inicialmente pode-se pontuar que haverá compatibilidade de horários quando não houver superposição de jornadas de trabalho, como por exemplo, nos períodos de 8 horas às 12 horas e 16 horas às 22 horas. Haverá incompatibilidade, entretanto, quando não houver intervalo suficiente para deslocamento do servidor entre o final de uma jornada e o início de outra, como, por exemplo, nos períodos de 8 horas às 12 horas e 12 horas às 18 horas".

(MADEIRA, José Maria Pinheiro. Servidor Público na Atualidade. 3ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005.)

"Compatibilidade de horários é, ao contrário do que parece, o desencontro de horários, a inajustabilidade de horários, a descoincidência ou não encontro de horários, ocorrida quando houver possibilidade de exercício de dois cargos, em horários diversos, sem prejuízo do número regulamentar das horas de trabalho dedicadas a cada emprego"



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

(RODRIGUES, Raimilan Seneterri da Silva. *Acumulação remunerada de cargos públicos: conceito de cargo técnico para efeito de acumulação. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1223, 6 nov. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/9126>>. Acesso em: 5 nov. 2010.*)

"(...) o dispositivo da CLT que estabelece ser necessário um repouso interjornadas de 11 horas é aplicado aqui analogicamente, pois permite condições normais de trabalho e vida do servidor, assegurando sua integridade física e mental:

Art. 66 - Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

MARA LUCIA
BARBALHO
DA
CRUZ:23736
879253

Assinado de forma digital por
MARA LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID,
ou=AR CERTIFICAR, cn=MARA
LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:09:12
-03'00'

Esse entendimento é compartilhado também pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que vem decidindo reiteradamente que o cômputo da carga horária de ambos os cargos deve alcançar o máximo de 60 horas semanais:

Corroborando-o, ressalto que, embora a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT não seja diretamente aplicável a servidores públicos stricto sensu, ao menos demonstra a necessidade de se fixar máximo e mínimo, respectivamente, para os tempos diários de labor e de descanso – arts. 59 e 66 da CLT -, que, desrespeitados, geram, em última instância, comprometimento da eficiência do trabalho prestado.

Por analogia àquela Norma Trabalhista, destaco a coerência do limite de sessenta horas semanais que vem sendo imposto pela



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

jurisprudência desta Corte, uma vez que, para cada dia útil, ele comporta onze horas consecutivas de descanso interjornada – art. 66 da CLT -, dois turnos de seis horas – um para cada cargo, obedecendo ao mínimo imposto pelo ar. 19 da Lei n. 8.112/1990, com a redação dada pela Lei n. 8.270, de 17/12/1991 – e um intervalo de uma hora entre esses dois turnos destinada à alimentação e deslocamento, fato que certamente não decorre de coincidência, mas da preocupação em se otimizarem os serviços públicos, que dependem de adequado descanso tanto dos funcionários celetistas quanto os estatutários. (Acórdão nº 2.133/2005, Rel. Marcos Bemquerer, DOU 21.09.2005)

MARA LUCIA
BARBALHO
DA
CRUZ:23736
879253

Assinado de forma digital
por MARA LUCIA BARBALHO
DA CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID,
ou=AR CERTIFICAR,
cn=MARA LUCIA BARBALHO
DA CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:09:27
+03'00'

Além de ser uma afronta ao princípio da eficiência, o exercício de mais de 60 horas semanais de trabalho viola o princípio da razoabilidade, posto que um homem médio não poderia exercer com a atenção e eficiência exigidas no desempenho de suas atribuições.

Cabe ressaltar também que, ainda que o servidor esteja licenciado sem remuneração de um dos cargos, a jornada máxima de 60 horas semanais deve ser respeitada, tendo em vista entendimento exarado pelo Tribunal de Contas da União, através da Súmula 246, anteriormente citada, conforme se depreende a partir da seguinte decisão:

ADMISSÃO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PERMITIDA PELO ART. 37, XVI, DA CF. CARGA HORÁRIA TOTAL DE 80 HORAS SEMANAIS. LICENÇA SEM VENCIMENTOS. INVIABILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS. ILEGALIDADE.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

1. O fato de o servidor licenciar-se, sem vencimentos, do cargo público ou emprego que exerça em órgão ou entidade da administração direta ou indireta não o habilita a tomar posse em outro cargo ou emprego público, em que é permitido o exercício cumulativo de que trata o artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, quando se verifica uma carga horária total inviável faticamente, pois que o instituto da acumulação de cargos se dirige à titularidade de cargos, empregos e funções públicas, e não apenas à percepção de vantagens pecuniárias. (Acórdão 1582/2007 – 2ª Câmara – TCU)

(SANTOS, Victor Hugo Machado. Acumulação de cargos: uma análise crítica do requisito da compatibilidade de horários. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4643, 18 mar. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/47312>>. Acesso em: 30 nov. 2017)

MARA LUCIA
BARBALHO
DA
CRUZ:23736
879253

Assinado de forma digital por
MARA LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID,
ou=AR CERTIFICAR, cn=MARA
LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:09:42
+03'00'

Em síntese, temos que não há que se falar em compatibilidade de horários, exemplificativamente, quando:

- 1) Uma das atribuições estiver sendo exercida em regime de dedicação exclusiva;*
- 2) Quando verificada a sobreposição de turnos;*
- 3) Quando não houver tempo mínimo e razoável a assegurar o deslocamento entre cada um dos órgãos onde exerça suas atribuições;*
- 4) Quando não for possível o intervalo mínimo de 11h (onze horas), entre cada turno de trabalho;*



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

5) *Quando a jornada semanal supere 60hs (sessenta horas) semanais.*

6) *Vedada a acumulação de dois cargos em comissão.*

Revela-se, portanto, que diante da pluralidade de requisitos e condicionantes para aferição da "compatibilidade de horários", que a mesma venha a ser apreciada caso a caso, in concreto.

II – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Traçadas tais considerações e em tudo observado os precedentes jurisprudenciais e doutrinários, tal como referidos e transcritos, há de se concluir a presente manifestação, assentando entendimento quanto a possibilidade de acumulação de cargo/emprego público, com mandato eletivo de vereador, nos termos do art. 38, inciso III, da CF/88, desde que assegurado e preservado, in concreto, a compatibilidade de horários, nos termos consignados.

MARA LUCIA
BARBALHO
DA
CRUZ:23736
879253

Assinado de forma digital por MARA LUCIA BARBALHO DA CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR CERTIFICAR, cn=MARA LUCIA BARBALHO DA CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:10:02 -03'00'

Assim, considerando o atendimento das formalidades regimentais para processamento dos presentes autos, sob a forma de consulta, conforme imperativo regimental e, ainda, com base na robusta instrução da matéria, nos termos da transcrita manifestação exarada pela Diretoria Jurídica deste TCM-PA, na forma do presente relatório, que submeto à consideração deste Colendo Plenário, o qual recebeu prévia distribuição, juntamente com o voto, aos Gabinetes dos Ilustres Conselheiros, com o escopo de conhecimento antecipado e aprofundamento sobre o tema em debate.

É o relatório.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente *Consulta*, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016¹**, tendo sido formulada por autoridade competente (**art. 299, inciso II, do RITCM-PA**), para além de suscitada acerca de tema com inescusável interesse às atividades de controle externo (**art. 300, § 2º, do RITCM-PA**), realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando busca traçar a preconizada atuação pedagógica, junto aos jurisdicionados, na constitucional aplicação de recursos públicos, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

NO MÉRITO, considerando a manifestação exarada pela Diretoria Jurídica desta Corte de Contas (**fls. 07/18**), trago as seguintes reflexões e, ao final, a proposição de resposta, aos termos da consulta formulada, com substrato nos elementos de fato e direito, aduzidos abaixo.

Os questionamentos trazidos pela Consulente gravitam em torno da possibilidade de acumulação de cargo/emprego público com mandato eletivo de vereadora, mas especificamente de acumular o desempenho da atividade médica com o mandato legislativo, argumentando, ainda, que as sessões da Câmara ocorrem, tão somente, uma vez por semana (segunda-feira).

Prima facie, destaco que o autorizativo constitucional, aplicável a espécie, notadamente o **inciso III, do art. 38, da CF/88**, já transcrito em relatório, o qual assegura a acumulação das atividades do mandato de Vereador com outro cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horário, entre as mesmas.

MARA LUCIA
BARBALHO DA
CRUZ:2373687
9253

Assinado de forma digital por MARA
LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR
CERTIFICAR, cn=MARA LUCIA
BARBALHO DA CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:10:19 -03'00'

¹ XVI - responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

MARA LUCIA
BARBALHO DA
CRUZ:2373687
9253

Assinado de forma digital por
MARA LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=VALID, ou=AR CERTIFICAR,
cn=MARA LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:10:36 -03'00'

Desse modo, a Diretoria Jurídica, em parecer ao norte transcrito, esclarece que, **"face a literalidade do dispositivo constitucional transcrito, exige, apenas, em consonância com todas as demais acumulações autorizadas pela Constituição Federal, a observância do núcleo comum, relativamente a compatibilidade de horários"**, ou seja, a questão ora analisada diz respeito da existência ou não de compatibilidade de horários para a efetiva licitude da acumulação e, por conseguinte, da remuneração auferida, a observância e comprovação de tal compatibilidade, entre as duas atividades públicas exercidas, as quais são de fundamental importância destacar, as premissas relacionadas abaixo:

Não há que se falar em compatibilidade de horários, exemplificativamente, quando:

1. Uma das atribuições estiver sendo exercida em regime de dedicação exclusiva;
2. Quando verificada a sobreposição de turnos;
3. Quando não houver tempo mínimo e razoável a assegurar o deslocamento entre cada um dos órgãos onde exerça suas atribuições;
4. Quando não for possível o intervalo mínimo de 11 hs (onze horas), entre cada turno de trabalho;
5. Quando a jornada semanal supere 60 hs (sessenta horas) semanais.
6. Vedada a acumulação de dois cargos em comissão.

Diante da pluralidade de requisitos e condicionantes para aferição da "compatibilidade de horários", tal apreciação é realizada caso a caso, *in concreto*. Portanto, nesse sentido, quanto ao caso submetido pela Consulente, entendo pela possibilidade de



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.271

acumulação de cargo/emprego público com mandato eletivo de Vereadora, nos termos do **art. 38, inciso III da Constituição Federal**, desde que assegurado e preservado, *in concreto*, a compatibilidade de horário, nos termos consignados.

Diante de tais esclarecimentos, esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **em 13 de setembro de 2018.**

Conselheira **Mara Lúcia**

Relatora

MARA LUCIA
BARBALHO
DA
CRUZ:23736
879253

Assinado de forma digital por
MARA LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID,
ou=AR CERTIFICAR, cn=MARA
LUCIA BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
Dados: 2018.11.09 11:10:56
-03'00'